

## **GÊNESE: O PROCESSO HISTÓRICO NA COMPREENSÃO DA ORIGEM DO CAPITALISMO**

Maria da Graça Maurer Gomes Türck<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Antigüidade, a Idade Média e os séculos XVI, XVII e XVIII são as chaves para compreender historicamente a origem do capitalismo. É nesse período de tempo histórico, que vão se instituindo as novas relações sociais forjadas pelo modo de produção capitalista que se sustenta no lucro e na acumulação. Sua origem perpassa pela história da civilização e, apropriar-se desse conhecimento possibilita apropriar-se de sua gênese.

**PALAVRAS-CHAVES:** gênese; modo de produção feudal; e modo de produção capitalista.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo contempla uma retrospectiva histórica a respeito da origem do capitalismo. Parte de três elementos básicos: a gênese, o modo de produção feudal, o modo de produção capitalista em que vai traçando o caminho histórico da civilização e contextualizando momentos históricos fundamentais na origem deste modo de produção. Essa retrospectiva vai da Antigüidade, passando pela Idade Média e pelos séculos XVI, XVII e XVIII, como fundamentais para compreender como se deu o seu início.

#### **1. A GÊNESE**

Semanticamente, a palavra gênese remete para o início, para a origem. Logo, para se chegar ao modo de produção feudal é necessário se debruçar na história da humanidade desde a Antigüidade Oriental até a Idade Média. Sabe-se que as primeiras civilizações se desenvolveram às margens dos grandes rios Nilo, Tigre e Eufrates, Indo e Amarelo e conhecidas como civilizações “hidráulicas”, formadas

---

<sup>1</sup> Assistente Social; professora do Curso de Serviço Social da Universidade Luterana do Brasil – Canoas.

pela Mesopotâmia, Síria, Palestina e Egito, uma região conhecida como “Crescente Fértil”. Sua organização político-social se estruturou em torno da terra e dos canais de irrigação. Portanto, o Estado organizava a produção comunitária das aldeias, controlando diques e canais, apropriava-se, por meio de tributação, dos excedentes produtivos e, em troca, realizava obras públicas e serviços administrativos.

Outras civilizações se desenvolveram mais tarde, tais como a Fenícia, que legou ao Ocidente a criação do Alfabeto, além de ter sido a maior navegadora e civilização comerciante do Oriente Antigo. Também existiu a Pérsia, o maior império de sua época, cujas fronteiras se estendiam do mar Mediterrâneo ao Oceano Índico, cujo grande legado foi a religião dualista - o Zoroastrismo - que se baseava na luta entre o Bem e o Mal, na crença do Juízo Final e na vinda de um Messias. E a civilização Hebraica, no Oriente Médio, localizada na encruzilhada do Oriente, entre Egito, a Mesopotâmia, a Fenícia e a Arábia. Nessa terra, situada entre o Rio Jordão e o mar Mediterrâneo, os hebreus fundaram o reino de Israel, construíram o Templo de Jerusalém e legaram ao Ocidente dois monumentos imperecíveis: a Bíblia e a religião monoteísta.

### **1.1 Antigüidade Clássica: civilização grega**

Os gregos descendem de povos de origem indo-européia<sup>2</sup>, que entre 2000 e 1200 a.C. (período Pré-Homérico), se estabeleceram na Península Balcânica em uma região de relevo acidentado que dificultava a comunicação entre os povos. Como o solo era pouco fértil, a navegação adquiriu grande importância na busca de alimentos. Esse fator forneceu o estabelecimento, no período Arcaico (século VIII à metade do VI a.C.) da história grega, das Cidades-Estado (pólis)<sup>3</sup>.

As características primordiais dessas pólis foram a independência política, as leis próprias, os territórios próprios, o exército próprio e o escravismo. As Cidades-Estado tinham como ponto central a acrópole, parte mais alta da povoação, governada pelo Conselho de Aristocratas, os Eupátridas. E dentre elas, Esparta e Atenas foram as duas principais.

---

<sup>2</sup> Os mais importantes foram os Jônios, Dórios, Aqueus e Eálios.

<sup>3</sup> A Grécia possuía mais de cem pólis.

Esparta se localizava na região da Lacônia, península de Peloponeso, tinha sua economia baseada na agricultura (cereais e pecuária), com a exploração de mão-de-obra escrava (hilotismo espartano). Sua principal característica foi o militarismo. Os homens eram educados à base do militarismo e dedicavam sua vida a este, o que promoveu a formação de um exército muito forte. Os espartanos se caracterizavam por serem racistas, conservadores e objetivos, valorizando maiormente a mulher (da elite), se comparado às demais pólis.

A política era exclusividade dos cidadãos<sup>4</sup>. O sistema de governo era a Oligarquia (governo de poucos), na forma de Diarquia (dois reis, um cuidava da guerra e o outro das funções religiosas).

Quanto a Atenas, foi fundada pelos Jônios, localizada próxima ao mar e cercada por montanhas. Suas classes ligadas ao comércio, ao mesmo tempo em que adquiriram maior poder econômico, procuravam ampliar seu domínio social e político, o que desencadeava confrontos e lutas e que ajudaram a moldar sua nova estrutura. Essa estrutura social ateniense ativou o confronto de interesses e impasses dos diversos grupos existentes. Os Eupátridas<sup>5</sup> buscavam conservar seus privilégios e o poder. Os Demiurgos<sup>6</sup>, enriquecendo-se com o comércio, buscavam participação no poder. Georgóis<sup>7</sup> e Thetes<sup>8</sup>, vivendo em péssimas condições, sem direitos políticos, apesar de possuírem cidadania, lutavam por mudanças profundas. E os escravos, prisioneiros de guerra, sem direitos políticos.

As lutas entre as classes sociais, a instabilidade, o crescimento da pólis e o desenvolvimento do comércio foram fatores que motivaram o surgimento de reformas, feitas por legisladores, que expressavam as divisões no interior da sociedade (VICENTINO, 1997, p.69).

No período clássico (séculos V e IV a.C.). destaque para o século V a.C. em Atenas, durante o governo de Péricles, marcando o apogeu do Império Ateniense. Nesse período, há três etapas marcantes no desenvolvimento histórico da Grécia: a) as Guerras Médicas, (499 a 449 a.C.) – choques entre os imperialismos grego e

---

<sup>4</sup> Espartanos ou Esparciatas: descendentes dos conquistadores Dórios, eram os únicos detentores da cidadania e, portanto, com direitos políticos. Formavam uma classe privilegiada que monopolizava o poder militar e, por decorrência, o político e o religioso.

<sup>5</sup> Aristocratas, proprietários de terra.

<sup>6</sup> Comerciantes em geral.

<sup>7</sup> Os que perderam as terras.

<sup>8</sup> Os que permaneceram na pólis ou artesões.

persa na disputa pela Jônia (Ásia Menor); b) o período compreendido entre os anos 461 a.C. a 429 a.C., a “idade de ouro” de Atenas, quando a cidade viveu seu auge econômico, político e cultural. Nesse período, Atenas foi governada por Péricles, e nesses trinta anos tornou-se a cidade mais importante da Grécia, graças às reformas implantadas tanto em nível político, aperfeiçoando-se a democracia, quanto no cultural, produzindo-se obras-primas até hoje modelos de beleza; c) a Guerra do Peloponeso (431 a 404 a.C.) – 3m 431 a.C., o confronto entre Atenas e Esparta, com culturas e governos antagônicos. O conflito marítimo-comercial entre Atenas e Corinto, cidade aliada de Esparta na Liga de Peloponeso, foi a causa imediata dessa guerra. A existência de um equilíbrio de forças entre Atenas e Esparta prolongou a luta até 404 a.C. e devastou internamente a Grécia. Suas principais conseqüências foram a substituição da supremacia ateniense pela espartana e o início da decadência da Grécia Clássica.

No período Helenístico (séculos IV a II a.C.), houve domínio macedônico sobre a Grécia e expansão de Alexandre para o Oriente. Esgotadas militar e economicamente, as pólis gregas ficaram suscetíveis a ataques externos. Felipe II da Macedônia conquistou a Grécia na Batalha de Queroneia, em 338 a.C.. Dois anos depois, foi assassinado e sucedido por Alexandre, que promoveu uma grande expansão imperialista, conquistando vários territórios orientais, do Egito até a Índia. Nesse novo império, promoveu-se a integração social e cultural, bem como se desenvolveu o comércio, a monetarização e urbanização. Formava-se a Cultura Helenística, mesclando elementos helênicos (gregos) e orientais.

## **1.2 Antigüidade Clássica: Roma Antiga**

Roma foi fundada no século VIII a.C., por volta de 753 a.C., por tribos latinas originárias da Europa Oriental, que atravessaram a cordilheira dos Alpes por volta do ano 1000 a.C. e povoaram a Itália central. Desde então, a evolução política de Roma dividiu-se em três períodos: a Monarquia, a República e o Império.

a) a Monarquia (753-509 a.C. ou séc. VIII-VI a.C.) foi governada por sete reis: os quatro primeiros, latinos e sabinos; os três últimos, etruscos. O poder real era fiscalizado por um conselho de anciões, o senado, formado por representantes da

aristocracia patrícia, e também por uma assembléia popular, integrada pelos cidadãos, que votavam as leis propostas pelo senado. b) a República (509-27 a.C.), na passagem do poder dos etruscos para os patrícios, estes se transformaram na classe dominante de Roma. Sua população era formada por agricultores, pastores e artesãos. Nessa época, a sociedade romana estava dividida em quatro classes principais: os Patrícios, eram os grandes proprietários rurais que dominaram as instituições políticas republicanas; os Plebeus, formavam a maioria da população e eram geralmente pequenos agricultores, comerciantes, pastores e artesãos; os Clientes eram os não-proprietários que, para sobreviver, colocavam-se a serviço de um patrício denominado patrono - o patrício cedia ao cliente uma gleba de terra, que poderia ser cultivada mediante o pagamento de uma renda anual; e os escravos, que eram pouco numerosos já no início da República, que, com a seqüência das guerras de expansão, foram aumentando, quando as conquistas externas transformaram a economia romana num sistema de produção escravista.

A palavra República é de origem latina que significa “coisa do povo”. No entanto, em Roma, as instituições políticas republicanas eram controladas pelos patrícios e a República Romana possuía um caráter essencialmente aristocrático. Portanto, a República aristocrática se caracterizava pela marginalização política, discriminação social e desigualdade econômica, o que afetava a plebe romana. Essa situação social deflagrou na época, uma luta entre patrícios e plebeus que se estendeu por dois séculos. No entanto, em função das campanhas militares, os plebeus ganharam importância social e usaram a greve militar como mecanismo de pressão política. Estes abandonaram a cidade e, retirando-se para o monte Sagrado, só retornaram após várias concessões feitas pelos patrícios. As camadas populares, então, conquistaram o direito de eleger seus próprios magistrados, denominados de tribunos da plebe. Eleitos através de plebiscitos, os tribunos tinham o poder de veto, ou seja, de suspender a aplicação dos atos dos magistrados ou das decisões do Senado que pudessem prejudicar os interesses plebeus. No ano de 450 a.C., os plebeus conquistaram a igualdade jurídica, impondo aos patrícios a transformação das leis orais em uma legislação escrita. Essa legislação seria aplicada, indistintamente, às duas classes. As leis foram gravadas em placas de bronze que foram fixadas no fórum romano, ficando essa codificação conhecida como a Lei das 12 Tábuas. Nos idos de 445 a.C., a Lei da Canuléia estabeleceu a

igualdade civil ao autorizar o casamento entre patrícios e plebeus. Em 367 a.C., a Lei Licínia instaurou a igualdade política ao reconhecer aos plebeus o direito de eleger os representantes para as diversas magistraturas. Finalmente, em 300 a.C., os plebeus conquistaram a igualdade religiosa, adquirindo o direito ao exercício de cargos sacerdotais.

Paralelamente, apesar das lutas sociais, os romanos realizaram entre os séculos V e III a.C., uma expansão interna que, através de guerras de conquista, culminou com o domínio de quase toda a Itália. No século III a.C., à exceção do norte, que continuou sob o domínio gaulês, o centro e o sul da Península Itálica estavam submetidos ao governo de Roma.

### **1.2.1 Apogeu e declínio da República Romana**

A expansão externa e a conquista do Mediterrâneo foram responsáveis pelo conflito entre a nova realidade sócio-econômica e as velhas instituições políticas, cuja principal consequência foi a crise da República Romana. A inadequação entre a estrutura política republicana e a expansão do sistema escravista de produção teve seu desfecho no estabelecimento do Império.

A rivalidade entre Roma e Cartago pelo domínio da ilha da Sicília foi o fator imediato que desencadeou, em 264 a.C., as Guerras Púnicas (264-46 a.C.). O confronto romano-cartaginês acabou se transformando numa disputa pela supremacia marítima-mercantil no Mediterrâneo Ocidental. Essas guerras chegaram ao fim com a total destruição de Cartago e o estabelecimento da supremacia de Roma no mar Mediterrâneo.

### **1.2.2 As consequências da expansão romana**

A conquista do Mediterrâneo provocou, em Roma, grandes transformações sociais e econômicas. As instituições políticas republicanas, implantadas antes das guerras de expansão, entraram em crise com a nova realidade sócio-econômica criada pelas conquistas romanas. Essa crise política, agravada pela eclosão de novas lutas sociais, teve seu desfecho na substituição da República pelo Império.

Uma das conseqüências das guerras de expansão foi a redução de imensos contingentes de prisioneiros de guerra à condição de escravos e a sua utilização como mão-de-obra na economia romana. A transformação de uma economia baseada principalmente na pequena propriedade agrária e no trabalho livre em um sistema escravista de produção provocou a ruína dos camponeses, a concentração da terra nas mãos da aristocracia e o surgimento de uma grande massa de desempregados que migrou dos campos para as cidades. O êxodo rural, produzido pela expansão da economia escravista, foi de tal ordem que no século I a.C. existiam somente em Roma mais de 200 mil desempregados.

A conquista do Mediterrâneo abriu novos mercados à economia romana, criando condições para um grande desenvolvimento de manufatura e do comércio. A conseqüência dessa prosperidade econômica foi a formação de uma nova classe de comerciantes e militares que se enriqueceram com as guerras: os “homens novos” ou cavaleiros. Essa nova classe emergente possuía, entretanto, reduzida participação política no regime republicano, cujos cargos eram controlados principalmente pela aristocracia.

Essas transformações desencadearam em Roma um período de novas lutas sociais que assinalaram a crise da República. A sociedade romana dividiu-se em dois campos: o partido popular e o partido aristocrático. O partido popular era formado pelos “homens novos” e pela grande massa dos desempregados. Estes, reivindicando a redistribuição da terra através de uma reforma agrária, aqueles, exigindo maior participação nas instituições políticas republicanas. Já o partido aristocrático era composto pelos grandes proprietários rurais que se opunham à realização de reformas que reduzissem seus privilégios econômicos e políticos. As lutas entre esses dois partidos estenderam-se de 133 a 27 a.C. e caracterizaram a fase de decadência da República Romana.

### **1.3 O Alto Império e o Cristianismo**

O Alto Império ou Principado (séculos I a.C. até III d.C.) foi a base da instauração da “pax romana”, que caracterizou os dois primeiros séculos da Era Cristã e assinalou o apogeu do Império Romano. Roma tornou-se o cérebro e o

coração de um império que se estendia pela Europa, Ásia e África. A ligação entre Roma e suas províncias foi assegurada através da construção de uma rede de estradas que se estendia por todo o império, daí o famoso ditado: "Todos os caminhos levam a Roma". Por essas artérias circulavam homens, mercadorias e idéias. Ou seja, este vasto sistema de transportes incrementou as relações comerciais e os contatos culturais entre as mais distantes regiões e os diversos povos do império, impulsionando o desenvolvimento intelectual e a prosperidade econômica do mundo romano. Surgia então, no seu início, no Oriente, na Palestina, uma nova religião monoteísta: o Cristianismo. A Palestina, habitada pelos judeus, era de domínio do Império Romano.

O Baixo Império, por sua vez, foi o período da anarquia militar, da transparência da capital de Roma para Constantinopla, da elevação do Cristianismo à religião de Estado e das invasões germânicas que marcaram o fim do Império Romano.

No século III, a estrutura econômica do império foi gravemente atingida pela crise do sistema escravista de produção. A queda da produção agrícola obrigou o Estado a transformar os camponeses livres em colonos (trabalhadores presos à terra que cultivavam), procurando conter o declínio da agricultura, através dessa substituição do trabalho escravo pelo sistema de colonato. A crise financeira foi conseqüência do desequilíbrio entre a arrecadação fiscal do Estado e sua despesa com a manutenção do aparelho administrativo e militar. Para cobrir os gastos governamentais, os imperadores desvalorizavam constantemente a moeda, provocando, no século III, um aumento de 300% nos preços, o que, por sua vez, desencadeou um enorme surto de inflação.

A falta de gêneros alimentícios, a alta dos preços e o processo inflacionário trouxeram como conseqüência o êxodo urbano e o despovoamento das cidades. A crise provocada pela intervenção do exército nas lutas sucessórias enfraqueceu o poder imperial e destruiu a coesão político-militar do império.

No século IV, o declínio do comércio, da indústria e da agricultura provocou a agrarização da economia, que regrediu a níveis de mera subsistência, troca direta e pagamento em espécie. A sociedade se ruralizou e as populações urbanas refluíram

para o campo, passando a viver nas grandes propriedades rurais, as vilas. O império sofre várias divisões administrativas, o que contribuiu para acentuar as tendências à descentralização política.

O Império Romano do Ocidente, enfraquecido, foi destruído então, pelas invasões germânicas. Sob este impacto, se fragmentou e seus territórios foram ocupados por diversos povos germânicos, que neles fundaram os Reinos Bárbaros da Idade Média. Na Itália, surgiu o reino dos ostrogodos; na Gália, o reino dos francos; na Espanha, o reino dos visigodos; na Inglaterra, os reinos anglo-saxões; e, no norte da África, o reino dos vândalos.

Em 476, Odoacro, rei dos hérulos, realizou a deposição de Rômulo Augústulo, considerado o último imperador dos romanos. Essa data assinalou oficialmente a queda do Império Romano, o fim da Idade Antiga e o começo da Idade Média (476 – 1453).

### **1.3 Idade Média (476 – 1453)**

A chamada Alta Idade Média compreende os séculos V ao X e se caracterizou, então, pelos Reinos Bárbaros na Europa. Os mais importantes povos bárbaros foram os mouros (na África); os árabes e os persas (na Ásia Ocidental); os citas, sármatas, hunos, búlgaros, magiares, mongóis, tártaros e turcos (na Ásia Central); e os celtas, os eslavos e os germanos (na Europa). Entre todos, os de maior significado para a formação da Europa feudal foram os germanos.

No século IV, os povos que habitavam o imenso território da Germânia, à leste do rio Danúbio, começavam a se organizar em poderosas confederações guerreiras. Entre elas, as principais eram: os francos, os burgúndios e os alamanos, estabelecidos próximos ao rio Reno; os vândalos e os visigodos, organizados nas imediações do Danúbio; e os ostrogodos, habitando a região oeste da Rússia atual.

A estrutura social dessas tribos, a partir do século V, desenvolveu-se de tal forma que as linhagens reais já tinham alcançado o estágio de reinado hereditário. Essa escala social era assim compreendida: os nobres estavam no topo mais pela origem familiar do que pela extensão de suas propriedades. Abaixo dos nobres,

situavam-se os homens livres, formando o corpo da tribo. Em inferioridade a eles, estavam situados os antigos escravos que haviam conquistado sua liberdade, no entanto, estavam proibidos de se manifestarem nas assembleias e nos tribunais. No extremo inferior desse estamento social, se agrupavam os escravos, compostos de prisioneiros de guerra, devedores, escravos comprados de outras tribos, filhos de escravos e homens que perdiam sua liberdade no jogo de dados. Não possuíam terras, mas moravam em casas e recebiam a permissão de cultivar parcelas campestres, pagando a seus senhores um aluguel em produtos, animais domésticos ou até mesmo roupas.

Embora os escravos não possuíssem direitos, havia costumes que normalizavam as relações entre nobres e homens livres. As leis que regulavam a vida em sociedade dos germanos não eram escritas, mas fundamentavam-se nos costumes. Esse tipo de direito recebeu a denominação de consuetudinário.

As instituições econômicas dos germanos eram fruto de uma recém iniciada existência sedentária. O comércio exíguo fundava-se, unicamente, na troca, e o gado continuava sendo a principal riqueza. A cevada era a base da fabricação de cerveja e também a principal cultura. Plantava-se, também, aveia, centeio e trigo. O cânhamo e o linho eram cultivados para fazer cordas e roupas. Distribuía-se as terras de acordo com a posição social de cada um, mas, curiosamente, não se faziam cercas limitando as propriedades. Mantinha-se um rodízio de utilização que preservava suas potencialidades. Essa prática denominava-se “sistema de terra alqueivada”. Não havia colheitas no inverno, sendo as sementes plantadas na primavera de cada ano, que possuía apenas três estações: a primavera, o verão e o inverno. Além dos campos, existia a posse e uso em comum das florestas e dos pastos.

A expressão “povos bárbaros” sobre as tribos germânicas ampliou-se, irresistivelmente, quando um povo de origem asiática, os hunos, deslocou-se em direção à Europa. Há muito essas tribos nômades vagavam ao longo do Báltico, na Rússia e pela Ásia Central. No século IV, mais coesas, passaram a atacar também os germanos.

Aos germanos restava apenas a fuga, precipitando-se sobre o império não para destruí-lo, mas para encontrar um refúgio, fosse por bem ou à força. O exército romano não apresentava mais a poderosa força de outros tempos. O declínio do exército imperial era apenas um dos sintomas do envelhecimento da civilização romana que, por volta do século IV, já atingia 700 anos. Pesados impostos, a luxúria desmedida, a expansão da escravidão, o gradual desaparecimento da classe média, a ascensão do Cristianismo, minavam o abalado império. Assim, aos germanos, através de suas várias tribos, caberia acertar os golpes finais na moribunda civilização romana.

Nos séculos IV, V e VI, a Europa esteve apinhada de tribos bárbaras. Outros povos como os hérulos, os lombardos, os saxões e os alamanos, também conseguiram deitar na Europa. Todos disputaram o espólio deixado pela ruína do Império Romano. Desaparecia o outrora poderoso império, e de seus escombros, num amálgama dos costumes romanos e germanos, começava a emergir a sociedade feudal que caracterizaria no continente europeu o período denominado Idade Média.

No século V, enquanto o Império Romano do Ocidente fragmentava-se em vários Reinos Bárbaros, o Império Romano do Oriente ou Império Bizantino, seguia destino próprio. Resistindo às investidas de diversos outros povos, consolidou-se em uma nova civilização.

Se na Europa Ocidental o processo de ruralização e descentralização desenvolvia-se aceleradamente, no oriente do mar mediterrâneo a sociedade bizantina lograva estruturar-se sobre os alicerces de um poder centralizado, acompanhado de crescimento das cidades, intenso comércio e complexas discussões teológicas. A civilização bizantina sobreviveria por mais de um milênio, sendo destruída apenas em 1453 quando os turcos finalmente ultrapassaram as grossas muralhas de Constantinopla.

No decorrer da Idade Média, o Império Bizantino procurou manter-se herdeiro e depositário da tradição romana, cujo fundamento era a existência de um império universal e cristão. Isso, no entanto, não impediu que a cultura bizantina fosse muito mais pronunciadamente oriental que a Europa Latina. O governo guardava

profundas semelhanças com o Império Romano pós Diocleciano. Seus fundamentos despóticos e teocráticos, no entanto, eram mais acentuados. O imperador possuía poderes absolutos, imiscuindo-se em todos os aspectos da vida nacional.

O Estado controlava praticamente todas as atividades econômicas. Decretos governamentais fixavam os salários e preços. O sistema corporativo, copiado do Império Romano, ainda prevalecia. Cada corporação recebia o monopólio sobre determinado ramo da produção. A associação comercial que pertencesse à corporação regulamentava a quantidade e a qualidade da matéria-prima a ser comprada, o total da produção e as condições em que se venderia o produto. Finalmente, o governo controlava as associações comerciais. As rivalidades entre comerciantes concorrentes e trabalhadores eram insufladas pelo governo, promovendo um econômico sistema de fiscalização calcado nas delações mútuas. Cabiam ao governo a posse e administração de alguns setores industriais, entre eles a pesca, a produção têxtil, a fabricação de armamentos e a extração de minérios. Quanto às terras, estavam divididas sob a forma de imensos latifúndios. Raros eram os pequenos lavradores independentes. A eles restavam apenas as terras pouco férteis, em regiões acidentadas e montanhosas. Rendeiros e servos formavam o grosso da população agrícola. A Igreja concentrava em suas mãos ampla porcentagem da riqueza agrária, tornando os mosteiros entidades das mais ricas no império.

No decorrer dos séculos VII e VIII, acentuado número de servos alcançou a liberdade, obtendo a propriedade de faixas de terras. Esse processo sofreu nova regressão, de tal forma que, em torno do século XI, as grandes propriedades novamente davam a tônica no cenário rural e os camponeses independentes praticamente desapareceram.

Banqueiros, mercadores, industriais e grandes proprietários de terra constituíam uma aristocracia extremamente enriquecida, que consumia avidamente os artigos de luxo produzidos pela atividade industrial. Vestimentas de lã e seda, entrelaçadas com fios de ouro e prata, dão a medida do grau de ostentação exibido pela opulenta elite bizantina.

Ainda nas cidades aglomerava-se uma camada social intermediária, os trabalhadores da indústria e comércio. Não participavam do restrito núcleo de consumidores de bens luxuosos, mas comparativamente aos cidadãos médios de outras regiões até poderiam ser considerados privilegiados. Afora ciclos esporádicos, a oferta de empregos urbanos absorvia toda essa camada.

Os servos, acorrentados às terras de alguns grandes proprietários, também detinham algumas vantagens sobre seus congêneres da Europa Ocidental. O poder de exploração de seus senhores era regulamentado por lei. A servidão transferia-se hereditariamente, e, desde o período do imperador Anastácio, no século V, os servos eram proibidos de saírem das terras onde nasceram.

A sociedade bizantina também se compunha de escravos, em sua maioria alocados em serviços domésticos.

Todas as camadas da sociedade bizantina nutriam verdadeira paixão pela discussão sobre questões religiosas. As influências helenísticas e orientais haviam produzido uma estreita ligação entre a Igreja e o Estado, concretizada numa supremacia do imperador sobre o papa, conhecida por *cesaropapismo*. O soberano geria os bens da Igreja e preenchia seus cargos. Em contrapartida, as reações à ortodoxia religiosa transformavam-se, rapidamente, em contestação ao poder central. As controvérsias religiosas rompiam suas fronteiras próprias, invadindo o campo da política e servindo de pretexto para reivindicações de cunho econômico-social.

Por volta de 1350, os turcos otomanos controlavam quase toda a Ásia Menor e avançavam sobre a Europa. Em menos de um século, ocuparam a maior parte da Península Balcânica. Em 1453, o sultão Maomé II ultrapassou as largas muralhas que protegiam Constantinopla. Desaparecia o Império Bizantino, após uma existência de mais de mil anos.

Os Reinos Bárbaros que emergiram da destruição do Império Romano tiveram curta duração. O reino dos ostrogodos e o dos vândalos foram conquistados pelo Império Bizantino. O reino dos visigodos acabou destruído pelos árabes. A heptarquia – sistema de governo de sete reis, que só existiu na Inglaterra – anglo-

saxônica terminou subjugada pelos normandos. Apenas o Reino Franco deitou raízes e estruturou-se na Gália.

Foi durante a fase da Dinastia Merovíngia, entre os séculos V ao X, que foi muito utilizado o sistema de recomendação. Os proprietários de terras mais fracos colocavam-se sob a proteção daqueles que detinham maior número de homens em armas. Denominava-se a esse costume *recomendar-se*. Quem protegia passava a ser considerado senhor, aquele que buscava proteção tornava-se vassalo. Estes, em troca da proteção, passavam a ter diversas obrigações. Deveria trabalhar nas terras do senhor e incorporar seu exército ao dele em momentos de guerra. Carlos Magno, então, o mais importante representante de outra dinastia gaulesa, a Carolíngia, fez com que a população de cada localidade escolhesse um senhor entre os grandes proprietários rurais. Controlando essa aristocracia formada pelos senhores, ele indiretamente comandava todos os súditos do seu império. Assim, a aristocracia fortaleceu-se a nível local, mas permaneceu sob controle de um poder central. Essa situação perduraria durante todo o governo de Carlos Magno. Após sua morte, a aristocracia de grandes proprietários ampliaria sua autonomia, recusando subordinação aos novos soberanos que o sucederam.

Por trás de uma aparente centralização, o poder político se diversificou entre condes e marqueses. Enquanto Carlos Magno esteve vivo, a aristocracia se submeteu às suas determinações. Com sua morte, em 814, os senhores proprietários de terras buscaram maior autonomia. Seus sucessores perderam o controle sobre eles. O feudalismo, sistema econômico, político e social que caracterizou a Europa na Idade Média, assentou-se de forma mais nítida.

No século VIII, quando da expansão do Império Muçulmano, o Mediterrâneo havia sido “fechado” à navegação e ao comércio europeus. No século IX ocorreram novas invasões na Europa. Originários da Escandinávia, região que hoje corresponde à Noruega, Suécia e Dinamarca, os normandos dominaram os mares Báltico e do Norte. Subdivididos em duas ramificações, os vikings e os varegos, conquistaram parte da Bretanha e norte da França.

A leste, os magiares, cavaleiros nômades e guerreiros, provenientes das estepes asiáticas, avançaram pela Europa Oriental. Mais tarde, se estabeleceriam na atual Hungria.

A Europa ficou isolada por todos os lados. Ao sul, o mar Mediterrâneo, controlado pelos muçulmanos; ao norte, os mares Bálticos e do Norte, em poder dos normandos; nas regiões orientais, a ameaça dos magiares. As constantes razias (ataques e saques às cidades litorâneas ou às margens dos rios), promovidas pelos invasores, acentuaram a fragmentação local. O continente europeu se fechou sobre si mesmo. O declínio do comércio se acelerou, a economia e a sociedade se ruralizaram, o poder político se descentralizou. As chamadas últimas invasões bárbaras, no século IX, condicionaram processo de feudalização da Europa na Alta Idade Média (séculos V ao X). Esse processo teve início com a desagregação do Império Romano do Ocidente e se consolidou com o verdadeiro cerco sofrido pela Europa no século IX.

Os reinos resultantes da divisão do Império Carolíngio tiveram evoluções diversas. A França central, após a morte de Lotário, fragmentou-se, sendo em grande parte incorporada à Germânia. A França ocidental sofreu o enfraquecimento da autoridade política dos carolíngios e um crescente processo de feudalização. A oriental, ou Germânia, também foi atingida pelas invasões. Em 911, duques germânicos apossaram-se do poder, dando origem à monarquia de caráter eletivo.

## **2 O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL**

O feudalismo foi se estruturando a partir da desestruturação do Império Romano, da ruralização econômica, da gradativa descentralização política, dos costumes e da tradição das relações medievais. A base econômica que sustentava o modo de produção feudal era agrária, não-comercial, auto-suficiente e praticamente amonetária, isto é, a terra era sinônimo de riqueza e poder. Sua posse era critério de diferenciação social.

A sociedade feudal era uma sociedade estamental, isto é, estratificada e sem mobilidade social. De um lado, os senhores, cuja riqueza provinha da terra e da

exploração servil. Do outro, os servos, vinculados à terra e sem possibilidades de ascender socialmente. O clero, a nobreza e servos eram grupos definidores da hierarquia feudal, no entanto, havia grupos sociais menores e de reduzida significância. O principal deles foram os vilões, antigos proprietários livres, habitantes das vilas, que, embora ligados a um senhor, cumpriam algumas obrigações servis, com mais liberdade e menos deveres. Desenvolviam atividades artesanais, ao contrário dos servos, que eram de propriedade do senhor feudal.

Em cada feudo havia troca entre os servos e os senhores feudais. O trabalho dos servos dava sustentação ao feudo. Pagavam impostos, em espécie ou moeda e cultivavam seus campos. Em contrapartida, o senhor feudal fornecia proteção, supervisionava e administrava a justiça em relação ao seu feudo. No entanto, apesar da reciprocidade, o senhor feudal centralizava o poder político e econômico que determinava, sob sua ótica, o padrão de avaliação em relação à justiça, administração e proteção que levava o servo à exploração extrema.

Havia dois tipos básicos de relações sociais no feudalismo: as verticais, entre membros de camadas distintas (aristocratas e servos); e as horizontais, estabelecidas entre membros de uma mesma classe social (senhores feudais).

Nas relações entre aristocratas (nobres e alto clero), o elemento básico era a concessão de terras em retribuição a serviços prestados. Os nobres que as cediam eram os suseranos e aqueles que as recebiam tornavam-se seus vassalos. O vassalo jurava fidelidade na cerimônia de homenagem, comprometendo-se a acompanhá-lo nas guerras, assim como o suserano jurava proteção ao vassalo. A relação de obrigação recíproca entre suseranos e vassalos fez da dependência a característica principal das relações feudais.

Embora o rei fosse o suserano dos suseranos, onde todos os vassalos deviam obediência, na prática, a figura real exercia pouca influência nos domínios dos senhores feudais, considerando que o parcelamento das terras para a formação de novos feudos fragmentou o poder político e fortaleceu os senhores feudais, aumentando as suas autoridades supremas.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica foi a maior proprietária de terras. Embora, na hierarquia feudal, os bispos e abades ocupassem a mesma posição que condes e duques, eles deviam sempre, em primeiro lugar, lealdade à Igreja de Roma. Já os condes e duques, senhores feudais seculares, podiam colocar sua lealdade a serviço do poder envolvido. Os servos, independentemente do lugar que ocupavam, isto é, nos feudos cujos senhores eram bispos ou abades ou, então, condes ou duques, eram tratados com a mesma severidade.

As principais obrigações servis estavam relacionadas com o trabalho gratuito nas terras do senhor (manso senhorial) em alguns dias da semana, a corvéia; a porcentagem da produção das tenências, a talha; o tributo cobrado pelo uso de instrumentos ou bens do senhor, como o moinho, o forno, o celeiro, as pontes, a chamada banalidade; o imposto pago por cada membro da família servil (por cabeça), chamado de capitação; o imposto pago à Igreja, utilizado para a manutenção da capela local, o tostão de Pedro; a taxa cobrada quando o camponês se casava, o formariage; e a obrigação de alojamento e fornecimento de produtos ao senhor e sua comitiva quando viajavam, a albergagem.

“A sociedade medieval era predominantemente agrária. A hierarquia social era baseada nos laços do indivíduo com a terra e o sistema social por inteiro repousava em base agrícola. No entanto, ironicamente, os aumentos da produtividade agrícola constituíram o ímpeto original para uma série de profundas mudanças, ocorridas ao longo de vários séculos, e que resultaram na dissolução do feudalismo medieval e no início do capitalismo” (HUNT, 1981, p.31).

Essa mudança partiu, curiosamente, da substituição do sistema de plantio de dois campos para o de três campos. Esse rodízio na ocupação e troca de cultura proporcionou o descanso de maior parte da terra e, em conseqüência, o aumento da produção pelo aumento da área cultivada em qualquer época de, pelo menos, 50%. Esse sistema induziu a outras mudanças, como a criação de cavalos, que substituíram os bois como principal fonte de energia na agricultura. A rapidez dos cavalos provocou o aumento da área cultivável e, conseqüentemente, o campo pôde alimentar centros urbanos mais populosos.

A introdução eqüina propiciou a eficiência do transporte de homens, mercadorias e equipamentos. O ato de arar tornou-se menos dispendioso, enquanto que arar com uma junta de boi exigia a participação de três homens, com o cavalo, apenas de um homem. No século XIII, ainda, o custo do transporte foi extremamente reduzido ao substituir a carroça de duas, pela de quatro rodas com eixo dianteiro móvel.

Portanto, os melhoramentos na agricultura e no transporte contribuíram para duas grandes mudanças importantes e de longo alcance: primeiro, um rápido crescimento populacional; e, em segundo, como conseqüência, um rápido aumento da concentração urbana. O que levou à produção de bens manufaturados, o rompimento de todos os laços dos trabalhadores urbanos com a terra e, conseqüentemente, uma crescente especialização econômica. Aumentou, então, consideravelmente, o comércio inter-regional e de longa duração.

A expansão do comércio, particularmente de longa distância, levou ao estabelecimento de cidades industriais e comerciais para servir a este comércio. O crescimento dessas cidades, bem como o seu crescente controle por capitalistas e comerciantes, provocou importantes mudanças, tanto na agricultura quanto na indústria. Cada uma dessas áreas, particularmente a agricultura, teve enfraquecido e, por fim, rompidos seus laços com a estrutura econômica e social feudal (HUNT, 1981, p.34).

A ascensão dos comerciantes permitiu que se instalasse, na Baixa Idade Média, o estilo de vida urbano, e a sociedade estamental foi progressivamente cedendo espaço a uma outra, estruturada em classes.

Ganhando poder econômico, essas cidades passaram a lutar pela sua independência em relação aos feudos no chamado Movimento Comunal. A emancipação das cidades era reconhecida através das Cartas de Franquia, documentos obtidos mediante o pagamento de indenização ao senhor feudal.

A partir do século XV as feiras já estavam sendo substituídas pelas cidades comerciais. E estas passaram a adquirir uma independência de seus senhores feudais e da Igreja.

O declínio das feiras de Champanhe, a partir do século XIV, permitiu o desenvolvimento econômico da região de Flandres. Lá, os comerciantes organizavam-se na chamada Liga Hanseática, que chegou a congregar

comerciantes de 80 cidades. Possuíam representação em todos os grandes centros comerciais, praticando o comércio de produtos da região dos mares Báltico e do Norte. Essa Liga era composta pelas Hansas, pelas Guildas e pelas Corporações de Ofício.

As Hansas eram poderosas associações de comerciantes que congregavam os interesses de diversas cidades, realizando o comércio em grande escala. Um de seus importantes objetivos era garantir o monopólio comercial aos seus membros em sua região de atuação. Elas foram responsáveis pela dinamização das cidades e dos mercados. Suas atividades, fundamentadas nas concepções de lucro e de capitalização, prenunciavam o desenvolvimento econômico tipicamente capitalista, próprio da Revolução Comercial dos séculos XV e XVI. As Guildas (ou Corporações de Mercadores) eram as ligas de comerciantes que se estabeleciam dentro dos limites das cidades, com o objetivo de garantir o monopólio local e controlar o preço dos produtos. As Corporações de Ofício eram ligas de artesãos, semelhantes às guildas. União de artesãos que praticavam o mesmo ofício na cidade. Seu objetivo era assegurar o monopólio de mercado local, garantindo o preço justo e o controle de qualidade. As Corporações de Ofício apresentavam grande mobilidade social: mestre, companheiro ou jornaleiro e aprendiz. Artesão é dono dos meios de produção, sem intermediários.

No final da Idade Média, com a intensificação do comércio, a mobilidade hierárquica das corporações tornou-se menor. O enriquecimento de uma parcela dos mestres levou-os a adquirir o controle e a exclusividade daquelas atividades artesanais para si e suas famílias. Assim, a maioria dos trabalhadores já não encontrava chances de prosperar economicamente, resignando-se a ser empregada durante toda a vida.

Novos sistemas de leis comerciais foram criados. Ao contrário do sistema paternalista de execução de dívidas baseado nos costumes e na tradição vigentes no feudo, a lei comercial era fixada por um código preciso. Assim, esta lei tornou-se a base das modernas leis capitalistas dos contratos, títulos negociáveis, representação comercial e execução em hasta pública (HUNT, 1981, p.34).

O mestre artesão, no modo de produção feudal, era também o vendedor. No entanto, com o aparecimento das indústrias basicamente de exportação, o produtor ficava distante do comprador final. E uma nova relação mercantil se instituiu. Os

artesões passaram a vender o produto de seu trabalho para os comerciantes que, por sua vez, transportavam e revendiam.

Estes artesões das cidades romperam sua ligação com o campo, dedicando-se intensamente ao trabalho para auferir maior renda monetária que poderia satisfazer outras necessidades.

Nos fins do século XIV, na Inglaterra, a grande massa de servos se compunha de camponeses livres que, independentes do modo de produção feudal, eram lavradores livres, assalariados, que viviam da agricultura e recebiam casa e terra com quatro acres ou mais. Considerando que os senhores feudais, ao passarem a necessitar de dinheiro para comprar bens manufaturados e bens de luxo, começaram a arrendar suas próprias terras a camponeses, deixando de administrá-las diretamente.

A nobreza, então, necessitada de dinheiro passou a cercar seus campos, utilizando-os como pastagens para as ovelhas e para poder abastecer a indústria têxtil lanífera inglesa. Esses cercamentos expulsaram os homens do campo e atingiram seu ápice nos séculos XV e XVI. Essas práticas públicas de cercamentos ocorreram até o século XIX.

O rompimento do sistema feudal, todavia, se originou mais diretamente de uma série de catástrofes, no final do século XIV e no século XV. A Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra (1337-1453) estabeleceu a inquietação e a desordem geral, nesses dois países. A 'peste negra' foi ainda mais devastadora. Às vésperas da epidemia de 1348-1349, a população inglesa atingia 4 milhões de habitantes. No início do século XV, após os efeitos das guerras e das epidemias, a Inglaterra mal atingia 2,5 milhões de habitantes. Isso era bastante representativo do que acontecia em outros países europeus. O despovoamento provocou uma enorme falta de mão-de-obra, e os salários de todos os tipos de trabalho se elevaram abruptamente. A terra, agora relativamente abundante, começou a produzir rendas menores (HUNT, 1981, p.37).

Essa situação levou os senhores feudais a anular a alforria de seus outrora servos, numa tentativa de retornar ao antigo sistema. No entanto, o retorno não foi mais possível porque o mercado tinha se estendido às zonas rurais, trazendo consigo a independência, a liberdade e a prosperidade dos camponeses.

Como resultado, eclodiu a revolta dos camponeses por toda a Europa, do final do século XIV ao princípio do século XVI.

No século XIV, os numerosos levantes camponeses ficaram conhecidos como Jacqueries. A mais importante delas ocorreu em 1358. Essa jacquerie durou apenas cinco semanas, de 21 de maio a 24 de junho de 1358. Na terceira semana de junho, recebendo auxílio da Coroa, os nobres passaram à contra-ofensiva. Travaram duas grandes batalhas com os camponeses, uma em Meaux e outra em Beauvais. Sem armas apropriadas, os camponeses foram massacrados. Guilherme Calle, camponês que assumiu a liderança do levante, foi chamado a Paris para negociar a paz com o rei. Lá, acabou sendo preso, torturado e morto. Todas as aldeias camponesas entre os rios Oise, Sena e Marne foram destruídas e seus habitantes liquidados.

Nas décadas seguintes, ocorreram outras inúmeras jacqueries de menor porte. Tiveram todas o mesmo fim. Embora derrotados, os levantes camponeses forçaram a progressiva abolição de várias obrigações feudais.

Na Inglaterra também foram numerosos os levantes de servos. O de maior amplitude e violência ocorreu em 1381, nas regiões de Essex e Kent. Ficou conhecido como Revolta de Wat Tyler. A rebelião começou com os camponeses assassinando os coletores de impostos. Em seguida, os revoltosos voltaram-se contra os senhores feudais. Vários castelos foram invadidos. Os revoltosos, em número de aproximadamente 60 mil, invadiram Londres, ocupando assim a capital. Exigiam o fim dos impostos, a abolição da servidão e o término dos cercamentos (fazendas cercadas, destinadas apenas à criação de ovelhas). O rei Ricardo II simulou aceitar as exigências. Os rebeldes abandonaram Londres, voltando às suas regiões. Em seguida, Ricardo II organizou uma emboscada aos líderes do levante. Executados os líderes, a nobreza destruiu aldeias inteiras e matou milhares de servos.

As revoltas continuaram, embora sendo sempre derrotadas pela nobreza com o apoio do rei. No entanto, como na França, os nobres pouco a pouco foram cedendo diante das pressões dos servos.

Na maior parte da Europa Ocidental já eram muito menores as obrigações feudais em meados do século XV. Os arrendamentos pagos em dinheiro substituíram boa parte das relações de servidão. Além disso, muitos servos

conquistaram a liberdade completa. A servidão continuava apenas nas regiões mais distantes das cidades e das vias comerciais.

O princípio do século XVI traçou uma tênue linha entre a ordem feudal decadente e o modo de produção capitalista que viria a surgir. Após 1500, entre as mais importantes mudanças econômicas estavam aquelas que criavam uma classe trabalhadora que, para sobreviver, passou a vender a sua força de trabalho e o aumento da população em quase um terço. Profundas transformações na sociedade marcaram este período histórico, conduzindo à superação das estruturas feudais e à progressiva estruturação do futuro modo-de-produção capitalista.

A partir da metade do século XV e nos primeiros 20 anos do século XVI apareceram os primeiros sintomas da revolução que gerou os fundamentos do modo de produção capitalista. Os campos foram transformados em grandes pastagens. Os senhores feudais expulsaram os homens do campo, destruindo sua morada e lançando-os a miséria. Famílias de servos eram expulsas dos feudos, rumando para as cidades, onde as condições de vida mostravam-se bastante precárias e a escassez de alimentos gerava criminalidade e constantes saques às propriedades feudais. No ritmo dos acontecimentos, o próprio feudalismo vislumbrava sua ruína no horizonte. As Cruzadas (1096 a 1270), expedições militaristas e cristãos em direção à Palestina já havia iniciado processo de renascimento comercial entre Ocidente e Oriente, pela reabertura do Mediterrâneo; o progresso sócio-econômico das cidades do norte italiano; a ascensão da burguesia mercantil; a monetarização progressiva da economia; o surgimento de instrumentos de direito comercial (notas promissórias, letras de câmbio, cheques) e a dinamização da economia.

No século XVI, então, o confisco dos bens eclesiásticos pelo Rei Henrique VIII, que se seguiram deram impulso violento à expropriação da população. A Igreja Católica na época era proprietária feudal de grande parte do solo inglês. Ao confiscarem os bens da Igreja, os rendeiros que viviam há gerações nos espaços pertencentes à Igreja foram expulsos de suas terras e jogados juntos aos proletários. Os bens eclesiásticos confiscados foram doados ou vendidos a preços irrisórios aos protegidos do Rei, a especuladores e a fazendeiros. Confiscou-se também silenciosamente os dízimos que a lei garantia aos lavradores jogados à miséria.

Na história da acumulação primitiva são particularmente importantes as épocas em que grandes massas humanas são repentina e violentamente despojadas de seus meios de subsistência e jogadas ao mercado sob a forma de proletários privados de tudo. Todo o processo repousa sobre a expropriação do produtor rural, do camponês (MARX, 1980, p.173).

Os homens arrancados de seu habitat natural e sem condições para se estruturarem ao “novo tempo” que estava se instituindo eram espoliados de tudo e ficavam com todo o seu tempo livre. Perdiam a identidade e as condições de serem absorvidos pela manufatura nascente. Nesse novo contexto social, se transformaram em ladrões, bandidos e vagabundos. E durante “o fim do século XV e durante todo o século XVI houve em toda a Europa Ocidental uma legislação sanguinária contra a vadiagem” (MARX, 1980, p.179).

Por volta dos anos de 1300 a 1500 a produção do ouro e prata na Europa havia estagnado. A expansão do comércio capitalista e a extensão do mercado para a cidade e o campo provocaram a escassez aguda de moedas que eram de ouro e prata. Por volta do ano de 1450, com a entrada de ouro e prata vindos das Américas, a Europa Ocidental conheceu a sua mais rápida e duradoura inflação de sua história. Os preços subiram, durante o século XVI, em toda a Europa, entre 150% e 400%, dependendo do país e da região, mantendo-se nesse patamar até os fins do século XVII. Tanto a nobreza como os operários sofreram com a alta dos preços. Quem ganhou foram os donos do modo de produção. Recebiam lucros cada vez maiores, pagavam salários reais cada vez mais baixos e compravam matérias-primas que mantinham durante muito tempo em estoque, valorizando-as.

“Nos últimos anos do século XVII a classe dos camponeses independentes era mais numerosa que a classe dos arrendatários” (MARX, 1980, p.175). No entanto, por volta de 1750, a classe dos camponeses independentes já tinha desaparecido não existindo mais vestígio da propriedade comunal dos agricultores (Século XVIII).

As fazendas “capitalistas” ou de “comerciantes” surgiram a partir da substituição dos camponeses independentes pelos arrendatários, isto é, colonos com contrato de um ano, gente servil e dependente das boas graças dos senhores de terra. Uma das características desse período foi o roubo sistemático das comunidades comunais junto com o roubo dos domínios do Estado.

A “Clearing of Estates” foi à última grande operação na expropriação dos camponeses, isto é, a expulsão de suas terras. Na Escócia, os “highlands” (as montanhas da Escócia) também sofreram com as privações impostas pela política dos reis normandos. A expulsão dos camponeses era considerada como uma necessidade agrícola.

Essa acumulação primitiva se deu, então, pelo saque dos bens eclesiásticos, pela alienação fraudulenta dos domínios do Estado, pelo embargo às propriedades comunais e pela transformação usurpadora posta pelo regime de terror das propriedades feudais e coletivas dos clãs em propriedades privadas modernas. Preparou o terreno para a agricultura capitalista ao transformar o solo e a terra em capital e ao criar a mão-de-obra necessária para as indústrias das cidades, a partir dos proletários despojados de tudo.

Na época em que nasceu a produção capitalista, a burguesia, elevando-se aos poucos se serviu da força do Estado para “regulamentar” os salários, prolongar a jornada de trabalho e manter o operário numa situação normal de dependência. Eis um elemento essencial da pretendida acumulação primitiva (MARX, 190, p.179).

Portanto, as fontes de acumulação primitiva do capital deram-se pela inflação dos preços; pelos cercamentos; pelo sistema de produção doméstica e pelo crescimento rápido do volume do comércio. No entanto, havia outras fontes, dentre elas, o comércio de escravos; a pilhagem e a pirataria.

É importante destacar que a unificação dos feudos em nações-estado, sob o mesmo poder central, consolidou os mercados, deu proteção militar aos empreendimentos comerciais e, em contrapartida, os monarcas dependiam dos capitalistas para manterem suas fontes de receita para suas necessidades. Esta época do início do capitalismo é chamada de mercantilismo, cuja fase inicial foi chamada de bulionismo.

### **3. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

A partir do fim da Idade Média (1453) até os séculos XVI e XVII, em toda a Europa Ocidental, foram estabelecidas políticas restritivas em relação à exportação de ouro e prata. Essas políticas, chamadas bulionistas, tinham como objetivo atrair

esses metais preciosos e obrigavam os países a mantê-los em seu próprio território. No entanto, as necessidades do comércio eram tão urgentes, e os lucros com a importação de mercadorias estrangeiras poderiam ser tão altos, que os mercadores capitalistas conseguiram articular redes de corrupção, facilitando o contrabando de grandes quantidades de barras de ouro e prata para fora dos países.

Após a época bulionista houve a necessidade de se ter mais dinheiro entrando no país do que dele saindo.

As exportações de bens, bem como o transporte e os seguros (quando feitos por cidadãos do país e pagos por estrangeiros) foram estimulados, e as importações de bens e os custos de transporte e seguro pagos a estrangeiros foram desestimulados (HUNT, 1981, p. 42).

Essa política foi posta no sentido de criação de monopólios comerciais cuja essência se instituiu na exploração, isto é, países como a Inglaterra poderiam comprar mais barato de países atrasados. Se um mercador inglês, por exemplo, fosse o representante para barganhar os preços. Apareceu, então, a desigualdade nos processos de negociação em que o comprador determinava o preço das mercadorias que compraria, porque não havia concorrência. No entanto, apareceu a necessidade de se assegurar nichos de mercado entre os países de Europa Ocidental. Para tanto, estabeleceram-se Impérios Coloniais, através de guerras coloniais, que podiam ser controlados pela metrópole na garantia de monopólios comerciais em que a matriz poderia comprar a matéria-prima barata e revender a origem, produtos manufaturados mais caros.

O regime colonial trouxe violência aos povos subjugados e progressos enormes no comércio e navegação. “As ‘sociedades de monopólios’ (Lutero) contribuíram fortemente para a concentração do capital” (MARX, 1981, p.185). As riquezas reunidas fora da Europa, pela pilhagem, escravidão, pelo morticínio, retornavam para a metrópole e se transformavam em capital.

Se os cercamentos que iniciaram no século XVI tinham um envolvimento com o desenvolvimento agrícola, o dos séculos XVII e XVIII apresentavam uma característica diferenciada. Essa característica estava voltada para a organização das matérias-primas, com o objetivo do desenvolvimento industrial urbano. Como as pastagens estavam voltadas para os rebanhos de ovelhas, esses cercamentos

concentraram-se na produção da lã. Portanto, pode-se inferir que os cercamentos ocorridos nos séculos XVIII e XIX são a síntese das transformações que possibilitaram a consolidação do capitalismo. Isto é, a acumulação primitiva, feita na fase de transição do feudalismo ao capitalismo, processou-se no *setor agrícola*, no *setor industrial* e no *setor mercantil*, sendo os dois primeiros os mais importantes.

No setor agrícola, a operação ligou-se ao *cercamento dos campos* em virtude do qual a burguesia aumentou suas rendas e passou a controlar gradativamente um dos setores de produção econômica: a terra. Nesta, suprimiu-se o sistema parcelário e comunitário de cultivo; novas técnicas foram introduzidas; aboliram-se os arrendamentos e o proprietário passou a aproveitar racionalmente toda a extensão da propriedade, seja para o cultivo de cereais, de matérias-primas ou para a criação de gado.

Em primeiro lugar, porque se necessitou de uma articulação com o mercado. Considerando-se que a especialização no trato com a lã demandou uma renda que dependia dos mercados, de novas tecnologias, de beneficiamento do produto e, principalmente, de novos tipos de ovelhas. Em contrapartida, o crescimento dessa atividade impôs novas formas de organização nas indústrias urbanas, decretando o fim do sistema clássico das corporações e em consequência, elevou a oferta de empregos nas cidades, funcionando como “ímã de atração” para a população rural que rumou para as cidades. A opção pelos rebanhos de ovelha produziu um grande impacto sobre a população rural. Liberou a mão-de-obra que, em consequência, gerou novas formas de desenvolvimento: a primeira aconteceu no próprio campo ao desenvolverem-se novas formas de artesanato doméstico, independentemente se fossem o artesanato disperso ou concentrado em determinadas áreas. Isso porque as áreas especializadas de ovelhas não dependiam de um número elevado de trabalhadores, como na produção agrícola, liberando a mão-de-obra. Propriamente dita esse processo de *liberação da mão-de-obra* representou a *criação do proletariado*, ou seja, de uma das classes cujos componentes não possuem outra riqueza senão a sua força de trabalho. Ainda que seja a produtora de riquezas (produtos agrícolas e industriais), estas não lhes pertenciam, mas, sim, aos empresários da burguesia. Ainda que seus componentes fossem libertos de laços servis ou escravistas, tornaram-se mais dependentes, porque, despojados dos

meios e instrumentos de produção (terra, ferramentas, máquinas), para poder viverem tiveram de se tornar assalariados.

A segunda foi à inter-relação entre o campo e a cidade, cuja mão-de-obra, em um primeiro momento, incorporou-se tanto nas novas indústrias, como no comércio internacional. Os cercamentos do século XVIII também apresentaram uma outra dimensão, tão importante quanto as anteriores, como a especialização e divisão do trabalho. Isto é, as áreas cercadas deram uma conotação de laboratório para o aumento da renda, como do trabalho manufatureiro e para o desenvolvimento de técnicas de racionalização da produção. O resultado dessas transformações ocorridas no campo foi a expansão técnica de produção rural, sua especialização e, conseqüentemente, o crescimento das manufaturas rurais.

No setor industrial, o processo se deu na criação das *manufaturas* em que os artesões (produtores diretos) ficavam sujeitos à divisão de trabalho, recebiam a matéria-prima e não ficavam com o fruto do seu trabalho (o produto industrializado); a produção era vendida pelo empresário, que ficava com os lucros; o artesão trabalhava em troca de um salário e se viu impossibilitado de possuir os seus instrumentos de trabalho, porquanto não tinha recursos para comprar as máquinas utilizadas na produção. Desse modo, a burguesia ampliou seus rendimentos e, progressivamente, foi controlando um setor da economia.

No setor mercantil, a acumulação de capitais não interferiu na produção, apenas na circulação de riquezas: é o chamado *capital comercial* obtido *pela diferença entre o preço de compra e o preço de revenda de mercadorias*. Essa acumulação primitiva ocorreu através da pilhagem de riquezas dos povos asiáticos, americanos e africanos; dos lucros provenientes do tráfico de escravos, dos lucros obtidos no comércio colônias-metrópole; dos lucros oriundos do comércio internacional, seja através de práticas legais ou do contrabando.

Portanto, o final do século XVIII trouxe a passagem da manufatura para a fábrica moderna, em que as mercadorias eram fabricadas em série. O trabalho organizado e especializado substituiu a produção domiciliar. Os donos do capital, os empresários, atuaram como agentes produtivos e organizadores da racionalidade na produção. Essa racionalidade foi, no primeiro momento, escorada na observação da

vida humana das fábricas para, em seguida, caminhar em direção a um processo de complexidade pelo surgimento da máquina, que estabeleceu uma nova organização industrial e novas relações de trabalho.

Embora os impactos sociais fossem mantidos, no período dos séculos XVI ao século XVIII, o determinante desse período: foi a riqueza e a pobreza caminharam juntas. Porque foi ao longo da Idade Moderna (século XV ao XVIII) que se criaram as pré-condições para o desencadeamento da Revolução Industrial. Naquela fase de transição do feudalismo ao capitalismo, desenvolveu-se o processo de acumulação de capitais, a liberação da mão-de-obra, o aperfeiçoamento das técnicas e a ampliação dos mercados, em particular os externos, com especial destaque para as áreas coloniais. Essas pré-condições ocorreram no seio da sociedade feudal que se desagregava na medida em que se desenvolvia o modo de produção capitalista, ainda não predominante na Europa Ocidental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Antigüidade remete para o início da civilização ocidental como é conhecida hoje, como ela veio se formando em um tempo histórico e cujas relações foram se instituindo a partir da luta pela sobrevivência. E, na gama dessas relações, estas se instituíram a partir de um poder de quem tinha a demanda da organização comunitária e que, para organizá-la, apropriava-se do excedente de sua produção. Logo, foi se instituindo, incipientemente, a necessidade de sobrevivência, o poder e a barganha. As civilizações antigas legaram instrumentos de comunicação entre os indivíduos, como o alfabeto e a navegação, que possibilitavam o contato direto com a realidade. A religião monoteísta e a Bíblia, que legaram o contato com o mundo espiritual, possibilitando explicações míticas para a aceitação de um cotidiano muitas vezes “inexplicável”.

A Antigüidade Clássica, a partir da civilização grega, foi introduzindo formas de regramento da sociedade. Trouxe embutida na sua essência as duas contradições postas nas relações sociais: a democracia (ateniense) e o militarismo (espartano). E a consequência desse dualismo - a independência política e o escravismo - produzido pela luta pelo poder que levou à expansão imperialista,

trazendo o desenvolvimento do comércio, a monetarização, a urbanização e a cultura. Em contrapartida, a Roma Antiga ampliou seus domínios através da substituição da República pelo Império; através das guerras, aumentou a escravidão; possibilitou a concentração da terra nas mãos da aristocracia; levou à ruína os camponeses e trouxe o desemprego. Ao mesmo tempo, suas conquistas além-mar trouxeram novos mercados e, conseqüentemente, a prosperidade econômica, com a conseqüente formação de uma nova classe social, de comerciantes e militares que enriqueciam com as guerras. A Antigüidade Clássica, a partir da Roma Antiga, põe a “nu” a contemporaneidade, o lucro aumenta quando se produz a guerra. E a luta que se contextualizou nas relações sociais, que girou em torno da manutenção de privilégios econômicos e políticos, foi contemporizada pela religião - o Cristianismo - que no período do Alto Império Romano foi guindado à religião de Estado.

Religião e Estado, uma dualidade caminhando como unidade. No entanto, a crise financeira posta na época, pelo desequilíbrio entre os ganhos pela arrecadação fiscal e os custos pela manutenção do aparelho administrativo militar, principalmente, elevaram a inflação, pela desvalorização constante da moeda, atingindo diretamente à população, acarretando o êxodo urbano e o despovoamento das cidades. Essa nova estrutura da sociedade Romana propiciou a construção das bases da Idade Média.

Na Alta Idade Média, um período correspondente do século V ao século X, tem-se a formação do feudalismo, a decadência do comércio, a ruralização econômica, o fortalecimento do poder local exercido pelos senhores feudais, a ascensão da Igreja e da cultura teocêntrica e a Europa invadida por povos bárbaros, mais tarde, por árabes, vikings, etc.

E na Baixa Idade Média, que vai do século X ao XVI, tem-se o renascimento comercial e urbano; a decadência do feudalismo; a decadência do poder local e o fortalecimento do poder nacional representado pelo rei; a efervescência cultural e urbana e a Europa invasora, conquistadora, com as Cruzadas e outras investidas. Preparou-se, então, o caminho para o Modo de Produção Capitalista. Dentre as pré-condições, a acumulação de capitais e a liberação da mão-de-obra constituem-se nas mais importantes, pois representam dois aspectos fundamentais do capitalismo: o capital e o trabalho. Com efeito, se o capital acumulado permite a compra das

matérias-primas, das máquinas e do trabalho necessários ao Modo de Produção Capitalista, este não abre mão da disponibilidade de uma massa de trabalhadores que não tem mais seus próprios instrumentos de trabalho e, por isso, para sobreviver, é obrigada a vender sua força de trabalho por qualquer valor. A acumulação de capitais e a existência de mão-de-obra assalariada, na realidade, constituem-se em aspectos de um único fenômeno que atua no setor da produção industrial e/ou agrícola. Logo, a mudança do Modo de Produção Feudal para o Modo de Produção Capitalista caracteriza a caminhada histórica da construção da civilização como um “laboratório”, em que todas as formas de sociedade foram testadas, preparando a sociedade para um modo de produção que elegeu o lucro como seu principal objetivo, estruturando-a para que sua continuidade se modifique no transcorrer da história, sem mudar a sua essência: acumulação de capitais e trabalho assalariado.

Logo, o conhecimento em relação ao processo histórico da gênese do capitalismo possibilitou a conexão com o presente e com o futuro. Buscar esse conhecimento é ir ao encontro do nascimento dos processos de exclusão e de desigualdade social a partir das relações de produção que foram se instituindo ao longo da passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, criando na relação capital e trabalho um espaço de tensionamento gerador das desigualdades sociais.

Mergulhar na história da civilização ocidental é aproximar-se com mais intimidade da linguagem fria da economia e torná-la cotidiana. Para apropriar-se do conhecimento sobre a origem do capitalismo é necessário, antes de tudo, apropriar-se da Antigüidade, da Idade Média, debruçar-se sobre os séculos XVI, XVII e XVIII e poder olhar para um passado remoto tão presente nos dias de hoje.

É adquirir a certeza que a história se transmuta em seu movimento, e é em relação ao capitalismo, compreender que sua essência se mantém a partir, pura e simplesmente, da acumulação e do lucro. É compreender que sempre estarão presentes, não importando o tempo e o lugar que se ocupa. Nesse contexto, as relações sociais sempre trarão a sua marca, a marca da propriedade privada, do feudo, dos rebanhos, das máquinas, das fábricas, do mercantilismo, da especulação, do trabalho de terno e gravata, do dinheiro, do capitalismo.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BRUNA, Jaime. **Eloquência Grega e Latina** – Tucídides, Lísias, Isócrates, Esquines, Demóstenes, Salústio e Cícero. São Paulo: Ediouro, 1990.
- BURNS, Edward M. **História da Civilização Ocidental**, Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1959.
- CATANI, Fábio. História Antiga. Apostila (material não publicado), Porto Alegre, s/d.
- CHILDE, Gordon. **A Evolução Cultural do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- CROUZET, Maurice (Org.), **História Geral das Civilizações**, vol. I a VIII. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- FINLEY, Moses I. **História Antiga** – Testemunhos e Modelos. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Política no Mundo Antigo**. Lisboa: edições 70, 1997.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.
- HUNT, E.K. História do Pensamento Econômico. Editora Campus. 29ª Tiragem. 1981. São Paulo.
- MARX, Karl. O Capital. 6.ed. Edição resumida por Julian Borchardt. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- MELLO, Leonel I. COSTA, Luís C. A. **História Antiga e Medieval** – São Paulo: Abril Educação, 1984.
- OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1992.
- PERRAULT, Gilles. Organização. O Livro Negro do Capitalismo. Record. Rio de Janeiro. São Paulo. 3ª edição. 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste. O Século XX. O tempo das certezas. Da formação do capitalismo à primeira grande guerra. Volume 1. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2000.
- RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. Petrópolis, Vozes, 1983.
- VERCOUTTER, Jean. **O Egito Antigo**. São Paulo: Difel, 1986.
- VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo, Scipione, 1997.